

**A. I. N°** - 140844.0002/06-7  
**AUTUADO** - DITEN COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA.  
**AUTUANTE** - NEY SILVA BASTOS  
**ORIGEM** - INFAZ SERRINHA  
**INTERNET** - 15.03.07

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0052-02/07

**EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. a) ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO.** A diferença das quantidades de entradas de mercadorias apurada mediante levantamento quantitativo de estoques indica que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos de tais entradas com recursos decorrentes de operações também não contabilizadas. **b) OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM DOCUMENTOS FISCAIS.** A diferença das quantidades de saídas de mercadorias apurada mediante levantamento quantitativo de estoques constitui comprovação suficiente da realização de operações sem emissão da documentação fiscal exigível. **Infrações caracterizadas. Indeferido pedido de diligência por não afigurar fundamentado na forma prevista pelo art. 145 do RPAF-BA/99. Auto de Infração PROCEDENTE. Decisão unânime.**

## RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 30/06/2006, reclama ICMS no valor de R\$ 93.924,01, em decorrência das seguintes constatações:

1. falta de recolhimento do imposto, constatado pela apuração de diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária – a das operações de entradas – com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou o pagamento dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas nos mesmos exercícios. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 76.230,06, e aplicada a multa de 70%;
2. falta de recolhimento do imposto, relativo à omissão de saídas de mercadorias tributáveis, efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem a respectiva escrituração, em face da falta de contabilização de entradas de mercadorias em valor inferior ao das saídas efetivas omitidas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias no exercício fechado de 2005, levando-se em conta, para o cálculo do imposto, o maior valor monetário, ou seja, o das saídas tributáveis. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 17.693,95, e aplicada a multa de 70%.

O autuado apresenta defesa, fls. 468 a 477, através de seu advogado, formalmente constituído, fl. 478, recorrendo inicialmente sobre o teor das infrações objeto do Auto de Infração.

Observa que não opera com mercadorias desacompanhadas do competente documento fiscal, e que, antes da elaboração de sua impugnação procedera ao exame minucioso da autuação e

constatou que os valores contidos no levantamento quantitativo de estoques elaborado pelo autuante foram embasados integralmente nos dados fornecidos pelos arquivos SINTEGRA, por ele elaborado e transmitidos para a SEFAZ.

Afirma que, por uma falha procedimental, segundo ele, perfeitamente escusável, os dados fornecidos ao SINTEGRA estão incorretos distorcendo e invalidando completamente o trabalho da fiscalização.

Aduz ainda que, resolveu corrigir todas as inconsistências encontradas nos arquivos analisados pela fiscalização e que gerou novos arquivos, esses já transmitidos para a SEFAZ, anexadas aos autos cópias dos respectivos recibos, do próprio arquivo em CD – *Compact Disk*, fls. 480 a 515 e dos inventários de estoque referentes aos exercícios 2003 a 2005, expurgados os erros originalmente lançados.

O autuado também colaciona aos autos declaração de seu setor responsável pela emissão dos arquivos SINTEGRA, cujo teor fora modificado acorde aditamento, fls. 540 a 543, no qual aduz que os arquivos magnéticos foram refeitos em decorrência dos seguintes fatos:

- a) por equívoco, não fora informado os dados relativos ao saldo de mercadorias do estabelecimento autuado armazenado em Depósito Fechado no exercício de 2003, deixando, portanto, de ser considerado e somente agora fora considerado;
- b) deficiência no equipamento de transmissão de dados entre o estabelecimento autuado e a matriz, em decorrência de constantes quedas de linha no período de implantação do sistema gerou falha técnica no processo de “fechamento mensal” ocasionando distorção nos saldos iniciais dos meses subseqüentes;
- c) falhas existentes nas primeiras versões de seu programa gerador de informações para o SINTEGRA, bem como deficiências do próprio sistema validador da SEFAZ ocasionaram alguns dos erros encontrados nos arquivos fiscalizados;

Conclui o autuado informando que pelos motivos supra elencados reprocessou todas as movimentações do estabelecimento autuado recalculando os saldos de cada mês e atualizando corretamente os saldos iniciais dos meses subseqüentes.

Invocado o quanto preceituado no art. 2º do RPAF-BA/99, no que tange ao atendimento, no processo administrativo, aos princípios da verdade material e da ampla defesa, sem prejuízo de outros princípios de direito, o autuado requer a realização de diligência fiscal por auditor estranho ao feito, para que seja realizado um novo levantamento quantitativo de estoques isento das falhas e erros nos arquivos já apontados que, segundo seu entendimento, tornaram o levantamento originário imprestável e com base nos seguintes equívocos, a seguir transcritos, cometidos pela fiscalização:

1. Considerou notas fiscais de saídas canceladas, resultando em saídas em duplicidade;
2. Apresenta o preço médio das mercadorias no mínimo 20% superior ao preço real em todas as mercadorias do levantamento, citando os seguintes exemplos:
  - Item 0009891 – MICRO SYSTEM BS 360 – com o incrível preço de R\$ 9.053,74;
  - Item 0010564 – FOGÃO RUBI 6603-EA – preço médio adotado de R\$ 7.951,35 para o valor real de R\$ 238,34;
  - Item 0011597 – CAFETEIRA EASY 220V – preço médio adotado de R\$ 1.904,04 para o valor real de R\$ 42,23;
  - Item 0011849 – GELADEIRA DAKOUND 2 P – preço médio adotado de R\$ 12.282,24 para o valor real de R\$ 711,24;
  - Item 0012244 – FOGÃO ITAPUÃ 4311-EA – preço médio adotado de R\$ 4.732,75 para o valor real de R\$ 146,74.

Aduz o autuado que essas alegações revelam indiscutivelmente a necessidade do diferimento da diligência fiscal a ser realizada com base nos documentos e arquivos apresentados, da qual restará de suas conclusões a comprovação da improcedência do Auto de Infração.

O autuante ao proceder à informação fiscal, fls. 546 e 547, esclarece que a autuação decorreu dos exames nos arquivos magnéticos elaborados e enviados à SEFAZ pelo próprio autuado, na forma regulamentar.

Observa que a auditoria de estoques realizada através de levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias apresentou omissão de saídas de mercadorias tributáveis, cujas cópias dos demonstrativos gerados para obtenção dos resultados apurados, todos analiticamente discriminando nota fiscal por nota fiscal e mercadoria por mercadoria, constam dos autos e foram entregues cópias ao autuado, conforme se verifica a declaração de recebimento das cópias aposta pelo representante do contribuinte em cada um deles. Informa também o autuante que em relação ao inventário considerou o escriturado no livro Registro de Inventário, cujas cópias encontram-se devidamente apensadas aos autos, fls. 431 a 464.

Ressalta que a defesa apresentada tenta impugnar a constituição do crédito tributário de forma não objetiva, isto é, sem a apresentação de provas, contrariando o disposto no art. 123 do RPAF-BA/99 que exige do sujeito passivo alegações lastreadas das provas que dispuser, inclusive, documentos levantamentos e demonstrativos.

Conclui, opinando pela manutenção da ação fiscal, enfatizando que o autuado deveria ter à sua peça defensiva, provas de quais lançamentos no seu arquivo magnético encontravam-se errados e não simplesmente dizer que fora enviado outro arquivo corrigido para que seja reprocessado o levantamento quantitativo, sem a indicação precisa e comprovada de onde ocorreram os erros.

## VOTO

As duas infrações que compõem o presente Auto de Infração versam sobre a omissão de saídas anteriores com base na presunção legal de que o sujeito passivo ao deixar de contabilizar as entradas efetuou o pagamento dessas entradas com os recursos de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas – infração 01 – e sobre a omissão de saídas de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais – infração 02. Todas apuradas através de levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias nos exercícios fechados de 2003, 2004 e 2005, realizados com base nos arquivos SINTEGRA elaborados e enviados pelo próprio contribuinte à SEFAZ.

Inicialmente deixo de acatar o pedido de diligência fiscal com fundamento nas seguintes razões:

1. Apesar de justificável e plausível o refazimento e reenvio dos arquivos SINTEGRA - sob a alegação defensiva da não inclusão do estoque de seu depósito fechado, bem como da falha técnica no fechamento mensal que tornaram os arquivos SINTEGRA anteriormente enviados à SEFAZ incorretos e imprestáveis para o levantamento quantitativo de estoques elaborado pela fiscalização – constato que o autuado não carreu aos autos comprovação efetiva alguma dessas ocorrências. Ora, se todas as informações constantes dos arquivos se originam de operações que devem estar lastreadas em documentos e registros fiscais, ocorrendo qualquer divergência entre essas operações e o conteúdo registrado nos arquivos SINTEGRA enviados à SEFAZ pelo contribuinte e utilizados pela fiscalização, caberia ao autuado apresentar provas de quais operações encontram-se devidamente registradas em seus livros, cujas documentações fiscais suporte devem encontrar-se arquivadas. As quais, inicialmente não precisariam ser extensivas, ou seja, em sua totalidade, ilustrando-as por amostragem. Entendo que o autuado deveria identificar claramente e comprovar, pelo menos um lançamento de forma objetiva, devidamente registrado em seus livros fiscais, que constasse de que foi equivocada nos arquivos por ele elaborado e enviados à SEFAZ. Encerrada a ação fiscal, ao apresentar sua impugnação em 04/08/2006 o autuado informa que, por ter constatado a imprestabilidade dos

arquivos SINTEGRA já enviados a SEFAZ, pela não inclusão do estoque armazenado em depósito fechado e por falha técnica no encerramento mensal, refez os arquivos e reenviou a SEFAZ. Entretanto, o autuado não identificou e nem comprovou através da escrituração fiscal, uma operação sequer que se encontrasse devidamente registrada e erradamente transferida para os arquivos, comprovando assim a veracidade de suas alegações e fundamentando o seu pleito de diligência fiscal. Com isso, entendo que restou evidenciado nos autos tratar-se de meras alegações, ante a total ausência de comprovação, insuficientes para invalidar os arquivos anteriormente enviados. Em sendo assim, acolhendo-se quaisquer alegações sem a devida comprovação de incorreções de arquivos magnéticos, após a constatação de irregularidades e depois da lavratura do Auto de Infração, entendo não preenchido o requisito da fundamentação estatuído pelo art. 145 do RPAF-BA/99.

2. Do mesmo modo, a defesa aponta irregularidade nos preços médios utilizados no levantamento de forma difusa e não incisiva como o presente caso requer. Mesmo tendo ao seu dispor os elementos informativos, não explicita quais notas fiscais, nem mesmo por amostragem, contêm os preços reais por ele alegados, muito inferiores aos preços unitários médios adotados pela fiscalização no levantamento quantitativo, vez que, todas as movimentações de entradas e de saídas, de todas as mercadorias, incluídas no levantamento estão individualizadamente identificadas nos demonstrativos, fls. 07 a 430. Não apresenta também o autuado, nem mesmo uma única nota fiscal para comprovar as saídas em duplicidade alegada.

Em suma, entendo que sem essas comprovações elementares supra enunciadas, as ponderações da defesa, ao requerer a realização de diligência fiscal não conseguem ultrapassar o nível de meras alegações desprovidas que se afiguram de qualquer materialidade fática para fundamentar o seu pleito. Corroboradas ainda pela extemporaneidade da detecção, pelo autuado, da incompletude e incorreção dos arquivos SINTEGRA, por ele mesmo elaborados e enviados à SEFAZ, agindo somente em momento ulterior à lavratura do Auto de Infração.

A defesa alega que os arquivos SINTEGRA por ele elaborado e enviados a esta SEFAZ e que serviram de base para o levantamento quantitativo de estoques encontram-se incorretos e que não podem ser utilizados pela fiscalização na apuração das irregularidades objeto do presente Auto de Infração.

Informa que os erros decorreram da não inclusão dos estoques armazenados em depósito fechado que, por equívoco, não fora considerado. Reforça seu argumento afirmando, inclusive, através de declaração do setor encarregado da emissão dos aludidos arquivos magnéticos que também ocorrera falha técnica no processamento e na transmissão dos dados de seu estabelecimento para a matriz que resultaram em divergências no “fechamento mensal” repercutindo nos saldo iniciais dos meses subseqüentes. Por esse motivo, o autuado ressalta que refez os arquivos magnéticos SINTEGRA livres dos equívocos e falhas supra elencadas e enviou à SEFAZ, colacionando aos autos, fls. 480 a 515, cópias dos arquivos e dos respectivos protocolos de remessa SINTEGRA datados de 04/08/2006, bem como do inventário de estoques do período fiscalizado, fls. 516 a 535.

Aduz também que foram considerados no levantamento de estoques diversas saídas em duplicidade, por terem sido canceladas, e que os preços médios estão com valores superiores a mais de 20%, apresentando a indicação de cinco produtos nessa situação com os preços reais e o adotado pela fiscalização, sem, contudo, apresentar as notas fiscais com os preços ditos reais em sua argumentação.

Com base nessas alegações requer a realização de diligência fiscal para que seja feito o levantamento quantitativo de estoque utilizando os novos arquivos por ele corrigidos e reenviados a SEFAZ.

O autuante opina pela manutenção da ação fiscal aduzindo que a autuação teve como base os arquivos magnéticos enviados e produzidos pelo próprio autuado. Assegura ainda que os

cálculos das omissões foram realizados e apresentados de forma analítica, nota fiscal por nota fiscal e mercadoria por mercadoria. Acrescenta que foi considerado o inventário escriturado no livro Registro de Inventários. Informa que todos os demonstrativos apensados aos autos tiveram suas cópias entregues ao autuado.

Ressalta que a defesa tenta impugnar o Auto de Infração de forma não objetiva, sem apresentar demonstrativos ou prova alguma de quais lançamentos encontram-se errados.

Manifesta o autuante sua discordância em relação ao procedimento da defesa que simplesmente enviou outro arquivo refeito substituindo o anterior já enviado com a pretensão de que a fiscalização reprocessasse a auditoria de estoque, sem provar de fato onde ocorrera o erro cometido pela própria empresa.

Depois de examinar as peças que integram o presente Auto de Infração verifico que o levantamento quantitativo de estoque elaborado pelo autuante e que resultou na apuração das omissões de saídas, objeto do lançamento, ora impugnado, encontra-se devidamente formalizado e acorde com as exigências legais pertinentes. Os demonstrativos que, evidenciam todo o encadeamento da apuração das omissões, indicam, individualizadamente, todas as operações de entradas e de saídas através de cada uma das notas fiscais que lastrearam as respectivas operações. Verifico também que todas as cópias dos demonstrativos foram entregues ao autuado.

Pelo acima exposto, tendo em vista que a manifestação da defesa restringiu-se tão-somente ao pedido de diligência fiscal não atendido pelas razões supra aduzidas, concluo dos exames realizados nos autos que restou evidenciado o cometimento, por parte do autuado das infrações que lhe foram imputadas.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, no valor de R\$ 93.924,01.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **140844.0002/06-7**, lavrado contra **DITEN COMÉRCIO DE ELTRODOMÉSTICOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 93.924,01**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, inciso III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de fevereiro de 2007.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – RELATOR

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR